

RESENHA: Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926 – 2013)

Daniel Máximo Góes de Lima¹

SOUZA, Pedro Ferreira. *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926 – 2013)*. São Paulo: Hucitec, 2018, 424 pp.

Uma História da Desigualdade, tese de doutorado do sociólogo Pedro Ferreira de Souza², pertence a uma tradição de estudos de estratificação social que analisa a concentração de renda no Brasil a partir de um olhar focado nos mais ricos. Mais especificamente, no segmento compreendido entre os 0,001% e 15% mais ricos da população brasileira. Desigualdade, nessa acepção, equivaleria a uma concentração de renda no topo da sociedade em matéria de riqueza.

O foco nos mais ricos dentre os mais ricos, segundo o autor, requer a utilização de uma fonte de dados distinta da mais recorrente nos estudos mais consolidados a respeito do assunto. Esses trabalhos, no geral, seriam ancorados em dados de pesquisas domiciliares amostrais. Souza, por outro lado, se vale de informações obtidas diretamente do Imposto de Renda de Pessoa Física. Com essa virada metodológica, seria possível mensurar o total da renda recebida especificamente por esse pequeno grupo em um intervalo de 87 anos.

Essa escolha metodológica não foi feita ao acaso. As pesquisas domiciliares amostrais apresentam uma enorme série de desvantagens que, em última análise, poderia distorcer o real estado das coisas, sobretudo entre as camadas mais pobres. Em síntese, dois seriam os principais problemas desse tipo de pesquisa: a subdeclaração de rendimentos e a dependência de uma taxa expressiva de participação para permitir a generalização dos resultados. A seu turno, a análise baseada em dados tributários, de

¹ Doutorando em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ)

E-mail: maxi95mx@gmail.com

² Ferreira é técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). Defendida em 2016, sua tese de doutorado recebeu o prêmio ANPOCS de 2017 e o prêmio Jabuti de 2019.

acordo com Souza, além de contornar essas dificuldades, viabilizaria ainda o acesso a dados referentes a um período de tempo maior.

A obra é estruturada em duas partes, sendo a primeira delas composta de três capítulos que, cada um à sua maneira, reconstroem o estado da arte nos estudos sobre desigualdade na sociologia ao redor do mundo. Nesse momento, são apontadas tendências e mudanças de paradigma ocorridas no campo desde pelo menos o início do século XIX. O capítulo I foca nos discursos sobre desigualdade no período compreendido entre os anos de 1880 e 1945; o capítulo II, nas perspectivas predominantes durante os trinta anos dourados do capitalismo (1945-1975); o capítulo III, por fim, entre os anos de 1975 e 2015, enfatizando ainda como o tema da desigualdade saiu do ocaso rumo a um novo período de grande preocupação dos estudiosos.

Na segunda parte do livro, o autor nos oferece mais três capítulos. Dessa vez, o foco no estudo dos mais ricos no Brasil. Inicialmente, no capítulo IV, Souza justifica suas escolhas metodológicas e operacionaliza conceitos, tais como “renda”, que posteriormente serão centrais na construção de seus argumentos. Mais adiante, no capítulo V, nos é oferecida uma análise da concentração de renda entre os mais ricos no Brasil durante nove décadas, começando a partir do ano de 1926. Os resultados são postos ainda em perspectiva comparada ao restante do mundo. Por último, no seio do capítulo VI, são recapituladas as diferentes facetas da desigualdade ao longo da história política brasileira desde o colapso da República Velha. Nesse momento, o autor enfatiza que uma “determinação institucional” da desigualdade, manifesta na concentração praticamente estável no topo, manteve-se constante em todos os ciclos políticos pelos quais passou o Brasil durante o período analisado (SOUZA, 2018, p. 284).

A tese é oriunda de três grandes preocupações existentes nas ciências sociais acerca da desigualdade no Brasil, dentre as quais a principal, seguramente, é compreender quando e como o país se tornou tão desigual em relação ao restante do mundo. As outras duas são verificar a existência de padrões de concentração de renda e analisar a interação entre o tipo de regime político vigente e a face da desigualdade brasileira.

Em um esforço de contextualização do tema, o autor faz um apanhado geral dos debates travados no interior da sociologia desde o começo do século XIX, apontando ainda quais os paradigmas e conceitos predominaram em quais épocas, à luz dos

acontecimentos de cada uma delas. Com isso, busca-se mostrar as diferenças ocorridas na abordagem da desigualdade ao longo da história do campo. Resumidamente, as percepções sobre a desigualdade sempre se valeram de três grandes modelos básicos: um modelo hierárquico, pelo qual a sociedade é uma sequência graduada de relações de superioridade e inferioridade; o triádico, em que existem três grandes sociais, a saber, as classes baixas, médias e altas; e o dicotômico/binário, que entende a sociedade como polarizada em dois grupos em conflito latente ou explícito.

A partir do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, com a entrada definitiva da desigualdade no rol de preocupações tanto da classe política quanto da academia ao redor do mundo predominou o modelo dicotômico de análise. Esse paradigma estava em sintonia com a percepção de que a desigualdade era excessiva. Por isso mesmo causava enorme sensibilidade.

Em decorrência disso, o ideal igualitário era o grande ponto de partida dos estudos e visões de mundo, com qualquer desvio a ele devendo ser detalhadamente justificado. Nesse momento, os países ricos teriam testemunhado aumentos das taxas de sindicalização, expansão concreta dos serviços públicos e das áreas de atuação do Estado, além de uma elevação expressiva da carga tributária. Posteriormente, entre o fim da Segunda Guerra e a metade da década de 1970, o que se verificou no âmbito acadêmico foi um movimento de perda de força da concepção binária no estudo das desigualdades, a partir de uma percepção de que o conceito de “classe social” era por demais polissêmico, sobre o qual não havia consenso.

Em seu lugar, ganham força os modelos triádico e hierárquico, ancorados em uma perspectiva de totalidade dos sistemas sociais. Seus enunciados enfatizavam os papéis de hierarquias, do prestígio e da alocação de recursos sociais para a manutenção da ordem social. Destacou-se na elaboração dessa perspectiva a teoria funcionalista liberal, sobretudo a presente na sociologia de Parsons. Com efeito, o foco sai da desigualdade de resultados, agora tratada como inevitável, e passa para a desigualdade de oportunidades, tida como indesejável.

No plano político, consolida-se de vez uma percepção descrita por Souza como “otimista”, calcada em um projeto de domesticação da desigualdade a partir de um ponto de consenso geral: o crescimento econômico contínuo das sociedades industriais dos países ricos. Para viabilizá-lo, foram adotadas medidas típicas do receituário

keynesiano, tais como o estímulo à demanda agregada e investimentos em educação e capacitação profissional (SOUZA, 2018, p. 91). Essas sociedades passariam ainda a ser enxergadas como parâmetros para as demais nações do globo. A dicotomia atraso-futuro, além de conservar o ideal igualitário como preocupação central das análises e visões de mundo, também serviu de base para as chamadas “teorias da modernização”.

Contudo, esse cenário não duraria muito, em função do que Souza entende como um descompasso entre os fatos e as interpretações feitas sobre eles. Ainda durante a década de 1970, com as crises do petróleo e o subsequente desaquecimento das economias centrais, em alguns casos com cenários de inflação acelerada e excessiva burocratização, ocorre uma verdadeira redefinição dos termos do debate político e acadêmico, que, no recorte proposto pelo trabalho, de certa forma teriam se estendido até, ao menos, a metade da última década.

No ambiente acadêmico, a preocupação igualitarista e os estudos sobre desigualdade, até então bastante consolidados, cede lugar a teorias que chamavam atenção para a necessidade de maximização dos interesses de cada indivíduo e, mais ainda, para a existência de um *trade-off*, até então desconhecido, entre igualdade e liberdade. Partindo desse pressuposto, também seria preciso, então, tornar a preocupação com a igualdade minimamente racional, assim como fazer com que a racionalidade econômico-instrumental fosse dotada de um componente minimamente igualitário. O resultado disso foi o que o autor denominou como uma “inversão do fardo da prova” (SOUZA, 2018, p. 129), com as teorias pautadas pelo ideal igualitarista passando a ter que justificar sua relevância. No caso particular da sociologia, os estudos sobre capital, classes e ricos, àquela altura já relegados a segundo plano, perdem ainda mais espaço, em prol de teses que enxergavam na propriedade e na formação educacional os principais focos de exclusão social existentes.

Os reflexos disso nas arenas políticas não tardaram a aparecer. Seja por sua capacidade concreta de lidar com os problemas da época, seja por seu apelo junto a setores sociais importantes, o fato é que Souza argumenta que um programa de cunho mais liberal se expandiu rapidamente pelos países ricos e passou a advogar uma redefinição da atuação do Estado à luz dos moldes do mercado, amplamente exaltado na época. Não menos relevante foi o fato de a dicotomia entre igualdade e liberdade ter

ganho tamanho destaque, que encontrou eco até mesmo junto a partidos de orientação social-democrata, que logo passariam a redefinir seus programas a partir dela.

Naquilo que tange especificamente ao Brasil, a reconstituição do panorama intelectual a respeito das desigualdades feita pelo autor e os principais achados de sua pesquisa são reveladores e intrigantes. Souza começa lembrando que, no Brasil de meados do século XX, ao contrário do que ocorrera na Europa, o foco intelectual era menos na celebração do “equilíbrio social virtuoso” e mais na discussão sobre a mudança induzida através do Estado. Em alguns casos, isso se convertia em uma rejeição explícita à possibilidade de redistribuição de riqueza por meio do aparelho estatal (SOUZA, 2018, p. 106). A partir de 1964, com a tomada do poder pelos militares, a coisa se inverte parcialmente, com as avaliações sobre o contexto econômico-social do país passando a se dividir em dois grandes grupos: um otimista, em que estariam as teses propagadas pelo governo ditatorial na defesa de seus planos nacionais de desenvolvimento, sintetizados na conhecida metáfora sobre o “crescimento do bolo”; e outro “funesto”, essencialmente cético quanto aos rumos da industrialização. Após o ofuscamento gerado pela crise econômica da “década perdida” dos anos 1980, o tema retornou à ordem do dia entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000. Nesse momento, o foco acadêmico, diante de uma aparente tendência de queda da desigualdade, devotou-se a encontrar possíveis explicações para essa melhora na distribuição de renda, normalmente valendo-se de pesquisas amostrais de domicílio. Ganham especial destaque nesse momento as discussões a respeito das “novas classes médias”.

Por sua vez, os resultados empíricos são muitos. Destacamos abaixo alguns dos principais. Em primeiro lugar, a ideia de que o processo brasileiro de redemocratização, iniciado em 1985, não exerceu impactos significativos sobre as porções de renda concentrada nos segmentos mais ricos da população. Todavia, simultaneamente, houve um aumento da participação de outros grupos menos favorecidos na riqueza nacional, o que por tabela inclui aqueles que figuram na base – na condição de mais pobres. Essa leve alteração redistributiva, porém, não se deu às custas de uma redução dos índices de concentração dos mais ricos.

Nesse sentido, Souza enfatiza que o regime democrático brasileiro, mesmo tendo se tornado mais sensível aos interesses das camadas menos favorecidas ao longo

dos últimos 20 anos, ainda é pautado antes por um potencial inclusivo do que propriamente por uma capacidade redistributiva ampla. A incapacidade de atingir a enorme fatia da renda nacional apropriada pelos mais ricos não se conserva por si mesma. Muito pelo contrário, a análise de Pedro Souza nos elenca um conjunto de políticas públicas adotadas pelos sucessivos governos nacionais que, em sua visão, contribuiria para a manutenção dos níveis alarmantes de desigualdade reinantes no país. Dentre elas, estão as políticas de concessão privilegiada de isenções fiscais, subsídios e crédito para grandes conglomerados empresariais, especialmente para os chamados “campeões nacionais”; a baixa tributação direta sobre a renda e a propriedade; e os privilégios salariais e previdenciários da elite do funcionalismo público, especialmente das “carreiras de Estado” (SOUZA, 2018, p. 365). Como decorrência disso, outro achado bastante intrigante nos dá conta de que a desigualdade brasileira é fundamentalmente inercial; isto é, mantém-se relativamente estável ao longo do tempo no que concerne às fatias da renda nacional abocanhadas pelos mais ricos – algo entre 20% e 25% da riqueza nacional. Tudo isso a despeito de o país ter experimentado mudanças econômicas e sociais expressivas durante todo o período analisado pelo autor. Como tal, não apresenta nenhuma tendência drástica de crescimento ou redução da desigualdade. As maiores variações, positivas ou negativas, deram-se apenas em momentos de ruptura institucional ou crise.

Esse cenário leva Souza a duas conclusões importantes: primeiro, de que a Constituição Cidadã de 1988, apesar de ter viabilizado a criação e expansão de gastos e serviços públicos, não foi até o momento capaz de produzir uma desconcentração expressiva de renda a partir de sua promulgação até o ano de 2013, último ano do recorte proposto pelo trabalho; segundo, que entre os países com dados disponíveis para o Imposto de Renda, o Brasil figura no rol dos mais desiguais. Eis o principal motivo para o pessimismo do autor. Fazendo um apanhado geral do histórico nacional nesse sentido, seus dados revelam que a concentração de renda no topo aumentou particularmente no intervalo entre o Estado Novo varguista e a Segunda Guerra Mundial, passando a decair substantivamente durante a Terceira República, especialmente durante o governo Juscelino Kubitschek.

Com o golpe de 1964 e a ascensão da ditadura militar, os mais ricos dentre os mais ricos voltam a aumentar sua participação na renda nacional, mantendo-a

praticamente intocada nos anos do “milagre econômico”. A crise da hiperinflação, iniciada a partir das diretrizes do milagre, fez aumentar essa porção. Por fim, se verificou alguma redistribuição de renda durante a década de 1990, que teria se mantido estável no máximo até meados da primeira década dos anos 2000. É importante frisar que essa, para Souza, foi uma espécie de redistribuição que deixou estabilizados os níveis de concentração no topo da pirâmide de renda. Nesses termos, faz sentido, para ele, falar em uma correlação entre os ciclos políticos atravessados pelo Brasil e as oscilações ocorridas no seio da renda concentrada pelos grupos mais ricos.

Desse ponto de vista, o regime democrático se torna funcional para os subgrupos que integram a parcela mais rica da população. Com uma enorme gama de recursos de poder a seu dispor e bastante articulados entre si, podem tanto reverter eventuais perdas oriundas de pressões redistributivas, como obter benefícios exclusivos frente aos anseios de outras camadas que se mobilizem politicamente e demonstrem interesses antagônicos aos seus. Nesse cenário, Souza também entende que o sistema político brasileiro, durante os 87 anos analisados, atuou em muitas oportunidades como um mecanismo de atenuação e filtragem de pressões econômicas.

REFERÊNCIA

SOUZA, Pedro Ferreira. *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2018.

